

EDITAL Nº 046/2019-DTAd-FO/CAR

Acham-se abertas, nos termos do Despacho nº 162/2019-RUNESP de 04/12/2019, publicado em 06/12/2019 e com base na Resolução UNESP nº 58/2018 e alterações posteriores e Portaria UNESP nº 404/2018, as inscrições do concurso público de Provas e Títulos para contratação de 01 (um) **PROFESSOR SUBSTITUTO**, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, no ano letivo de 2020, e pelo prazo máximo de 10 (dez) meses, em 12 (doze) horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área Odontologia, sub-área de conhecimento Clínica Odontológica e no conjunto de disciplinas: Desordens Temporomandibulares, Oclusão, junto ao Departamento de Materiais Odontológicos e Prótese da Faculdade de Odontologia do Câmpus de Araraquara.

O contratado deverá exercer as atividades de docência em cursos de graduação nos períodos diurno e/ou noturno, dependendo das necessidades do Departamento.

1. REMUNERAÇÃO

1.1. O salário de Professor Substituto é de R\$ 1.303,16 (um mil e trezentos e três reais e dezesseis centavos), correspondente à referência MS-2, em 12 (doze) horas semanais, acrescido de benefícios regulamentados internamente.

OBS: Caso o candidato tenha título superior ao exigido, o salário será correspondente à titulação.

Por tratar-se de contratação em caráter emergencial e temporária, ainda que o candidato venha a obter titulação acadêmica superior após a assinatura do contrato, esta não será considerada para fins de aumento salarial.

2. INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão recebidas no seguinte endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br/>. O candidato deverá preencher o formulário eletrônico e realizar o pagamento da taxa prevista no edital, através de depósito bancário ou transferência bancária (ver item 4.1.4), no período de 06/01/2020 a 24/01/2020, no horário das 0h00 do primeiro dia às 16h00 do último dia.

2.2. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição deverá se inscrever nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição, satisfeitas as exigências do item 5.

3. CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

3.1. Poderão inscrever-se graduados em curso superior de Odontologia que tenham, no mínimo, título de Mestre em Reabilitação Oral (área de Prótese). A qualificação necessária à inscrição para o concurso será demonstrada por estudos, em nível de graduação, na área, subárea do conhecimento à qual se integra a disciplina ou conjunto de disciplinas objeto do concurso.

3.1.1. Os diplomas de graduação com validade nacional ou os obtidos no exterior serão aceitos para fins de inscrição;

3.1.1.1. Os diplomas de graduação obtidos no exterior deverão estar revalidados por Universidades Públicas, atendendo os termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996;

3.1.2. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado serão aceitos, quando obtidos em cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE);

3.1.3. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado obtidos no exterior serão aceitos, desde que estejam reconhecidos e registrados por universidades que possuam cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

3.2. O candidato estrangeiro poderá inscrever-se no concurso público com passaporte, entretanto, por ocasião da contratação deverá comprovar, ser portador de visto permanente ou a cédula de identidade com visto temporário com prazo de validade compatível. Caso ainda não possua, deverá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, cópia simples do protocolo do pedido de visto temporário.

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO

4.1 Para a confirmação da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos descritos nos itens 4.1.1 a 4.1.5, em envelope lacrado, pessoalmente ou por intermédio de procurador regularmente constituído ou via postal, até o último dia do prazo para inscrição, na Seção Técnica de Comunicações da Faculdade de Odontologia do Câmpus de Araraquara, sito à Rua Humaitá, nº 1680, Centro, 5º andar:

4.1.1 formulário de inscrição devidamente preenchido (obtido no item 2.1) e assinado, indicando nome completo, número da cédula de identidade, data de nascimento, filiação, naturalidade, estado civil, residência, profissão e endereço eletrônico, instruindo-o com os seguintes documentos, cópias simples frente e verso:

4.1.2. cédula de identidade ou carteira nacional de habilitação e no caso de candidato estrangeiro: cédula de identidade de estrangeiro com visto temporário e na falta desta, o passaporte;

4.1.3. comprovante de graduação em curso superior de Odontologia, bem como de ser portador do título de Mestre em Reabilitação Oral (área de Prótese) ou cópia da ata de defesa da tese, condicionada a apresentação do título homologado, na ocasião da contratação.

4.1.4. comprovante de recolhimento da taxa de inscrição, no valor de R\$ 98,00 (noventa e oito reais), através de depósito bancário ou

transferência bancária no Banco do Brasil, Agência 6933-7, Conta Corrente 17108-5, CNPJ 48.031.918/0024-10.

4.1.5. Curriculum Lattes documentado das atividades realizadas, em 02 (duas) vias, sendo uma delas devidamente documentada (inclusive com o histórico escolar - graduação e pós-graduação do candidato) no qual sejam indicados os trabalhos publicados e todas as demais informações que permitam cabal avaliação do mérito do candidato.

4.2. No caso de inscrição realizada por intermédio de procurador, além da documentação prevista nos itens 4.1.1 a 4.1.5, deverá ser apresentada procuração específica (dispensando o reconhecimento de firma em cartório), juntamente com as cópias simples dos documentos de identificação do candidato e de seu procurador.

4.3. A remessa da documentação em envelope lacrado, deverá ser dirigido para a Seção Técnica de Comunicações no endereço Rua Humaitá, n° 1680, Centro, CEP 14801-903, Araraquara/SP, sendo considerado a data da postagem. O envelope deverá ser identificado conforme modelo abaixo:

Concurso Público para contratação de Professor Substituto no conjunto de disciplinas: Desordens Temporomandibulares, Oclusão - Edital n° 046/2019-DTAd-FO/CAr

Nome: _____

RG/Número de Inscrição: _____

Endereço (* do destinatário) _____

CEP (* do destinatário): _____

4.4. A não entrega dos documentos listados, dentro do prazo previsto no item 4.1, implicará no indeferimento da inscrição.

5. REDUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO - LEI 12.782/2007

5.1. A redução do valor da taxa de inscrição, correspondente a 50% (cinquenta por cento), será concedida aos candidatos interessados que atendam, CUMULATIVAMENTE, os seguintes requisitos:

I - sejam estudantes, assim considerados os que se encontrem regularmente matriculados em curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação.

II - percebam remuneração, mensal, inferior a 02 (dois) salários mínimos, ou estejam desempregados.

5.2. A concessão da redução ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, no ato da inscrição:

I - quanto à comprovação da condição de estudante, de um dos seguintes documentos:

a) certidão ou declaração, expedida por instituição de ensino pública ou privada;

b) carteira de identidade estudantil ou documento similar, expedido por instituição de ensino pública ou privada, ou por entidade de representação discente;

II - quanto às circunstâncias previstas no inciso II do item 5.1. deste Edital:

a) comprovante de renda, ou de declaração, por escrito, da condição de desempregado.

OBS: O candidato deverá apresentar os documentos originais, bem como as respectivas cópias para conferência e entrega das mesmas, para posterior análise. As cópias apresentadas não serão devolvidas.

5.3. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição, deverá se inscrever nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição.

5.4. O recebimento dos documentos comprobatórios será procedido pela Seção Técnica de Comunicações, após verificação da autenticidade da documentação apresentada, serão encaminhados à Seção Técnica de Desenvolvimento e Administração de Recursos Humanos – STDARH-FO/CAR.

5.5. O deferimento ou indeferimento das solicitações de redução de taxa de inscrição será disponibilizado no local das inscrições no dia 09/01/2020, a partir das 8h00 e, no caso de indeferimento, o prazo para interposição de recurso será de 03 (três) dias contando a data de divulgação.

6. DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES

6.1. Findo o prazo previsto no item 2.1, a Comissão Examinadora, em 48 (quarenta e oito) horas depois de publicado no Diário Oficial do Estado-DOE e divulgado o site da Unidade o ato formal de sua constituição, decidirá acerca das inscrições efetuadas, divulgando o ato decisório no endereço eletrônico indicado no edital, com esclarecimentos acerca dos recursos regimentais cabíveis para a hipótese de indeferimento.

6.1.1. Será publicada, no Diário Oficial do Estado - DOE, Poder Executivo - Seção I, a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições indeferidas por não se enquadrarem nas exigências estabelecidas no presente edital.

6.1.2. O candidato poderá requerer no seguinte e-mail: stdarh.foar@unesp.br, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação a que se refere o item anterior, reconsideração quanto ao indeferimento de sua inscrição, que será apreciada pela Congregação da Unidade Universitária, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do prazo final de recurso.

7. COMISSÃO EXAMINADORA

7.1. As provas serão avaliadas por Comissão Examinadora especialmente criada para o certame.

7.2. A Comissão Examinadora será indicada pelo Conselho do Departamento de Ensino e constituída por ato formal da Congregação da Unidade Universitária, depois de encerradas as inscrições.

7.3. A Comissão será integrada por 6 (seis) docentes (3 membros titulares e 3 suplentes) da área ou disciplina objeto do concurso e com titulação igual ou superior àquela exigida dos candidatos.

7.4. A composição da Comissão Examinadora será divulgada no endereço eletrônico da universidade, paralelamente ao hiperlink de acesso ao edital do concurso, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da realização da primeira prova.

7.5. No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser

apresentada, ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.

7.6. Terá legitimidade para apresentar a impugnação:

- a) qualquer candidato com inscrição deferida;
- b) membro da Congregação da Unidade Universitária;
- c) membro da própria Comissão.

7.6.1. A impugnação será julgada pelo Diretor da Unidade, no prazo de até 2 (dois) dias, em decisão fundamentada.

7.6.2. Se acolhida a impugnação, competirá ao Diretor da Unidade, de imediato, substituir o membro da Comissão Examinadora, respeitadas as mesmas exigências da formação original e renovada a possibilidade de impugnação a partir da publicação do ato.

7.6.3. Ainda que não haja impugnação formal, o Diretor da Unidade poderá determinar ex officio, de forma fundamentada, a substituição de membro da Comissão caso tenha conhecimento de causa de impedimento não declarada (verdade sabida). Com a nova publicação, observar-se-á o disposto nos itens anteriores desta cláusula.

7.7. Será considerada definitiva a Comissão Examinadora:

- a) quando não tenha sido apresentada qualquer impugnação, com ou sem substituição ex officio;
- b) se a impugnação apresentada não for acolhida;
- c) se acolhida a impugnação, for definitivamente superada a falha.

7.8. A impugnação da Comissão Examinadora deverá ser protocolada na Seção Técnica de Comunicações dentro do prazo previsto no item 7.5.

8. PROVAS, AVALIAÇÃO E JULGAMENTO

8.1. O concurso de provas e títulos constará de três fases:

- I - prova escrita, de caráter classificatório;
- II - prova didática, de caráter classificatório;
- III - análise de Curriculum Lattes documentado, de caráter classificatório.

8.2. As provas só terão início depois de publicadas as decisões de recursos eventualmente interpostos contra o indeferimento das inscrições.

8.3. Os critérios e respectivas pontuações de avaliação das provas, julgamento, classificação e desempate serão definidos pelo Conselho do Departamento de Ensino na Unidade Universitária, valendo-se de legislação específica, elaborada pela unidade e aprovada em Congregação, observadas as seguintes particularidades:

8.3.1. Nas duas primeiras fases do concurso, a avaliação de cada candidato constituirá ato privativo do integrante da Comissão, o qual deverá apresentar as suas notas de forma reservada à Presidência do órgão.

8.3.2. A abertura dos documentos de atribuição de notas será feita em reunião da Comissão e na presença de todos os seus membros titulares, depois de examinados todos os candidatos e esgotadas todas as fases.

8.3.3. A análise referida na terceira fase do concurso poderá ser feita de forma consensual pelos membros da Comissão, antes da abertura das demais notas atribuídas às provas e arguição das fases precedentes, observados os critérios objetivos de pontuação previstos em legislação específica da Unidade e previamente divulgados no edital do concurso.

8.3.4. Apuradas todas as notas, serão divulgadas as médias finais, na ordem de classificação, permitindo a qualquer candidato, a pedido, o acesso às planilhas de composição das notas de todos os candidatos.

8.3.5. O resultado do concurso será homologado pela Congregação da Unidade Universitária e publicado no Diário Oficial do Estado - DOE.

8.4. Data, horário e local para a realização das provas deverão ser acompanhados pelo candidato por meio de Edital de Convocação a ser publicado no Diário Oficial do Estado - DOE e divulgado no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>.

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

9.1. O concurso público constará das seguintes provas:

9.1.1. PROVA ESCRITA – Peso 1

Constará de prova escrita com duração de no máximo 4 (quatro) horas com cinco questões abertas obtidas a partir do conteúdo geral do programa (sem sorteio de ponto). A referida prova terá pontuação de 0 (zero) a 10 (dez). Serão avaliados o planejamento e organização das respostas, clareza expositiva, domínio técnico e conceitual, profundidade na abordagem e adequação da bibliografia sobre o tema.

9.1.2. PROVA DIDÁTICA – Peso 1

Constará de uma aula teórica em nível de graduação, com duração mínima de 40 (quarenta) minutos e máxima de 60 (sessenta) minutos, cujo tema será sorteado com 24 horas de antecedência, a partir de uma lista organizada pela Comissão Examinadora com base no Programa do Concurso. No caso de apresentação da prova didática fora do tempo estipulado, o candidato terá redução de 10% da nota total máxima possível dessa prova. No início da apresentação da prova didática, o candidato deverá entregar à Comissão Examinadora o Plano de Aula. A ordem de apresentação da aula seguirá a ordem de inscrição dos candidatos no referido concurso. Serão utilizados os seguintes critérios de avaliação e pontuação:

- a) Adequação e atualização (até 3,0 pontos);
- b) Domínio do tema (até 3,0 pontos);
- c) Coerência e clareza (até 2,0 pontos);
- d) Organização e uso de recursos (até 2,0 pontos).

9.1.3. ANÁLISE CURRICULAR – Peso 2

Será realizada mediante análise do Curriculum Lattes documentado, sendo analisadas as atividades de formação didática e científica, realizações e experiência profissional com relevância para as atividades relacionadas ao conjunto de disciplinas de Oclusão e Desordens Temporomandibulares. Para cada item/subitem, o candidato com maior somatório receberá a pontuação máxima e os demais serão pontuados a

partir de regra de três. A nota final será calculada atribuindo-se nota 10 (dez) para o candidato com maior pontuação na nota bruta.

Para análise curricular serão observados os seguintes critérios de avaliação e julgamento:

I - Títulos acadêmicos (Peso 2 – Pontos: 0 a 10):

Título de Especialista na área de Dor Orofacial e Disfunção Temporomandibular ou na área de Prótese reconhecido pelo Conselho Federal de Odontologia. (1,0 pontos);

Mestrado em Reabilitação Oral. (4,0 pontos);

Doutorado em Reabilitação Oral. (4,0 pontos);

Pós-doutorado em Reabilitação Oral, com bolsa por pelo menos 6 meses (2,0 pontos);

II- Atividades de ensino/didática na área (Peso 2 – Pontos: 0 a 10):

II.1- Docência (4,5 Pontos):

II.1.1- Experiência docente na área de Reabilitação Oral, com período mínimo de 1 semestre letivo:

- Aula graduação. (1,0 ponto por semestre letivo);

- Aula pós-graduação:

 Stricto sensu. (1,0 pontos por semestre letivo)

 Lato sensu. (0,5 ponto por semestre letivo)

II.1.2- Estágio docência na área de Reabilitação Oral, com período mínimo de um semestre letivo. (1,0 ponto)

II.2 - Cursos ministrados (0,5 Ponto)

Palestras e Conferências proferidas na área de Reabilitação Oral. (1,0 ponto)

II.3- Orientação de trabalhos (4 Pontos)

Iniciação Científica. (0,50 ponto)

Monografias (curso de especialização, residência, aprimoramento). (0,50 ponto)

Mestrado orientador. (0,75 ponto)

Mestrado co-orientador. (0,50 ponto)

Doutorado orientador. (1,25 ponto)

Doutorado co-orientador. (0,50 ponto)

II.4- Participação como titular em Bancas Examinadoras (0,5 Ponto)

Exame Geral de qualificação (0,05)

Monografia (0,05)

Mestrado (0,10)

Doutorado (0,10)

Concurso publico (0,20)

III-Atividades Científicas (Peso 5 – Pontos: 0 a 10):

III.1- Atividades científicas (10 Pontos):

EVENTOS (1 Ponto):

III.1.1- Apresentação de trabalhos na área de Reabilitação Oral no Brasil. (0,10 ponto)

III.1.2- Apresentação de trabalhos na área de Reabilitação Oral no Exterior. (0,15 ponto)

III.1.3- Publicação de resumos na área de Reabilitação Oral em anais

- no Brasil. (0,2 ponto)

- no Exterior. (0,3 ponto)

III.1.4- Publicação de resumos na área de Reabilitação Oral em periódicos com ISSN/ISBN

- no Brasil. (0,2 ponto)
- no Exterior. (0,3 ponto)

PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS COMPLETOS (7,5 Pontos):

III.1.5- Publicação de trabalhos completos e/ou aceitos na área de Reabilitação Oral.

Publicações: segundo o fator de impacto vigente (FI) da revista. A classificação será realizada de acordo com os critérios abaixo:

FI > ou = a 4: (10 pontos)

2 < = FI < 4: (6 pontos)

1 < = FI < 2: (5 pontos)

0 < = FI < 1: (4 pontos)

Indexada sem valor de impacto: (2 pontos)

Cada publicação será devidamente pontuada e somada.

Obs: Fonte de pesquisa de base de dados:

Periódicos internacionais: <http://ulrichsweb.serialssolutions.com/>

Periódicos nacionais: www.bireme.br

III.1.6- Livros

- Livros editados como autor Nacional. (3 pontos)
- Livros editados como autor Internacional. (5 pontos)

III.1.7- Capítulos de livros

- Nacional. (2 pontos)
- Internacional. (4 pontos)

RECURSOS (1,5 Ponto) :

III.1.8- Captação de Recursos

- Jovem pesquisador. (0,10 ponto)
- Auxílio a pesquisa outorgado. (0,10 ponto)
- Projetos temáticos (projetos de grande porte com duração mínima de 4 anos). (0,30 ponto)

III.1.9- Captação de bolsas

- Iniciação Científica. (0,10 ponto)
- Treinamento técnico. (0,10 ponto)
- Mestrado. (0,20 ponto)
- Doutorado. (0,20 ponto)

III.1.10- Outros

- Auxílio Participação em Eventos. (0,05 ponto)
- Auxílio para Estágio no Exterior. (0,05 ponto)
- Auxílio Professor Visitante do Exterior. (0,05 ponto)
- Auxílio Publicação. (0,05 ponto)
- Patentes. (0,20 ponto)

10. HABILITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

10.1. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem média igual ou superior a 07 (sete), atribuídas por, pelo menos, 02 (dois) membros da comissão examinadora.

10.2. A ordem de classificação dos candidatos aprovados será estabelecida em função da maior média final obtida.

10.3. Em caso de igualdade da pontuação final, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

- com idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada;
- maior pontuação na prova didática;
- maior pontuação em experiência didática na área de Reabilitação Oral;
- maior pontuação geral obtida na prova de títulos, desconsiderando a pontuação máxima estabelecida para cada item;
- maior pontuação na prova escrita;
- mais idoso entre aqueles com idade inferior a 60 anos.

11. DOS RECURSOS

11.1. Caberá recurso, devidamente fundamentado, à Congregação, nas seguintes hipóteses:

I - contra a decisão de indeferimento da inscrição, no prazo de 3 (três) dias úteis após a divulgação da lista de inscritos, no endereço eletrônico da Universidade;

II - do resultado final do concurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data de sua divulgação no Diário Oficial do Estado-DOE.

11.2. O pedido de acesso às notas, previsto no item 8.3.4, suspende o prazo do recurso contra o resultado final, o qual será retomado a partir do atendimento, estendendo-se por mais 1 (um) dia útil se o deferimento tiver ocorrido no último dia do prazo recursal.

11.3. A legitimidade para a interposição de recursos é exclusiva de candidato, podendo ser feita pessoalmente ou por procuração.

11.4. Os recursos terão a forma escrita e deverão ser protocolados na Seção Técnica de Comunicações.

11.5. Aplicam-se as exigências documentais da cláusula 4.2, caso a interposição do recurso seja feita por procurador.

12. CONTRATAÇÃO

12.1. A contratação somente se efetivará após a homologação, esgotado o prazo para recurso ou julgados definitivamente os recursos interpostos.

12.2. Os candidatos aprovados dentro do número de vagas previstas no edital têm direito líquido e certo à contratação, no prazo de validade do concurso e na forma especificada no edital.

12.3. O contrato de trabalho será estabelecido em prazo máximo equivalente ao ano letivo fixado no calendário escolar, correspondendo ao período de até 10 (dez) meses, quando não poderá ser prorrogado, sendo que o estabelecido pelo período de até 5 (cinco) meses, poderá ser prorrogado uma única vez, a critério da Administração.

12.4. Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

12.5. Comprovante de estar quite com a Justiça Eleitoral.

12.6. O candidato estrangeiro fica dispensado das exigências contidas nos subitens 12.4 e 12.5.

12.7. Não registrar antecedentes criminais.

12.8. O candidato deverá observar, o prazo de interstício mínimo entre o término da vigência de um contrato em qualquer Unidade da Unesp e o início de outro, previsto na Lei Complementar nº 1093/2009 e suas alterações.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O resultado final do concurso público será publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.

13.2. A Congregação terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder o recurso impetrado, a contar do prazo final para recurso.

13.3. O resultado final do concurso público será homologado pela Congregação da Unidade Universitária.

13.4. Será eliminado do concurso público o candidato que não comparecer na sala ou local de sorteio/prova no horário estabelecido ou não portar documento original oficial com foto.

13.5. A validade deste concurso será a partir da data de publicação no Diário Oficial do Estado-DOE da homologação até o final do ano letivo.

13.6. Não haverá devolução de importância paga, ainda que maior ou em duplicidade, nem isenção total de pagamento do valor da taxa de inscrição, seja qual for o motivo alegado, exceto nos casos em que o concurso público não se realizar.

13.7. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações no Diário Oficial do Estado-DOE e no endereço eletrônico www.inscricoes.unesp.br, referente ao presente concurso.

13.8. O Curriculum Lattes documentado ficará à disposição dos candidatos durante o prazo de validade deste concurso. Após este prazo, se não retirado, será descartado.

13.9. Os questionamentos relativos a casos omissos ou duvidosos serão julgados pela comissão examinadora.

13.10. A inscrição implicará no conhecimento deste Edital e no compromisso de aceitação das condições do concurso, aqui estabelecidas.

13.11. O candidato será responsável por qualquer erro, omissão e pelas informações prestadas no ato da inscrição.

13.12. O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou, ainda, que não satisfaça a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada, e em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado e que o seja constatado posteriormente.

13.13. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.

13.14 Qualquer membro da Congregação da Unidade Universitária ou da Comissão tem legitimidade para denunciar à direção da Unidade, ao Tribunal de Contas ou ao Ministério Público, de forma fundamentada, as irregularidades que constar na execução do concurso, em qualquer das suas fases.

PROGRAMA

1. SISTEMA ESTOMATOGNÁTICO

- Componentes anatômicos
- Fisiologia neuromuscular

2. MOVIMENTOS MANDIBULARES

- Estudo dos movimentos nos planos frontal, sagital e horizontal

3. PRINCÍPIOS DE OCLUSÃO

- Oclusão ideal, fisiológica e patológica
- Relação cêntrica
- Relação de oclusão cêntrica
- Máxima intercuspidação habitual
- Dimensão vertical

4. RELAÇÃO DA OCLUSÃO COM AS CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS

- Periodontia
- Dentística
- Próteses parciais e totais, convencionais e sobre implantes
- Importância da reabilitação oclusal

5. FISIOPATOLOGIA DA DOR OROFACIAL

- Dor aguda e crônica
- Dor primária e secundária
- Sensibilização Periférica e Central

6. ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO DA DTM

- Fatores etiológicos e Epidemiologia da DTM
- Classificação da DTM
- DTM Muscular
- DTM articular

7. DIAGNÓSTICO DA DTM

- Anamnese, exame físico e exames complementares
- Diagnóstico diferencial das dores orofaciais
- Avaliação da dor

8. TRATAMENTO DA DTM

- Aconselhamento e educação do paciente
- Terapia farmacológica
- Terapia física/fisioterapia
- Terapia oclusal

BIBLIOGRAFIA

Livros:

1- DE LEEUW R. Orofacial Pain: Guidelines for assessment, diagnosis and management.

Quintessence, 6th Ed., 2018.

2- OKESON, J.P. Tratamento das desordens temporomandibulares e Oclusão. São Paulo: Elsevier, 7a ed., 2013.

3- MENDES, W.B., MIYASHITA, E.; OLIVEIRA, G.G. Reabilitação Oral: Previsibilidade e Longevidade. 1ª. Edição - Editora Napoleão, 2011.

4- OKESON, J.P. Dores Bucofaciais de Bell. São Paulo: Quintessence, 6a ed., 2006

5- GREENE, C.S. E LASKIN, D.M. Controle das DTM unindo os avanços em pesquisa ao tratamento clínico. Quintessence Nacional, 1ª. Edição, 2015.

6- MENSE, S.; SIMONS, D.G.; RUSSELL, I.J. Muscle pain: understanding its nature, diagnosis, and treatment. Baltimore: Williams & Wilkins, 2000.

Artigos:

1. Slade GD, Ohrbach R, Greenspan JD, Fillingim RB, Bair E, Sanders AE, et al. Painful Temporomandibular Disorder: Decade of Discovery from OPPERA Studies. *J Dent Res*. 2016 Sep 21;95(10):1084–92.
 2. Romero-Reyes M, Uyanik JM. Orofacial pain management: Current perspectives. *J Pain Res*. 2014;7:99–115.
 3. Ernberg M. The role of molecular pain biomarkers in temporomandibular joint internal derangement. *J Oral Rehabil*. 2017;44(6):481–91.
 4. Zhang J, Jiao K, Zhang M, Zhou T, Liu X-D, Yu S-B, et al. Occlusal effects on longitudinal bone alterations of the temporomandibular joint. *J Dent Res*. 2013;92(3):253–9.
 5. Chen H-M, Liu M-Q, Yap AU-J, Fu K-Y. Physiological effects of anterior repositioning splint on temporomandibular joint disc displacement: a quantitative analysis. *J Oral Rehabil*. 2017;44(9):664–72.
 6. Chichorro JG, Porreca F, Sessle B. Mechanisms of craniofacial pain. *Cephalalgia*. 2017;0(0):33310241770418.
 7. List T, Jensen RH. Temporomandibular disorders: Old ideas and new concepts. 2017;0(0):1–13.
 8. Harper DE, Schrepf a, Clauw DJ. Pain Mechanisms and Centralized Pain in Temporomandibular Disorders. *J Dent Res*. 2016;95(10):1102–8.
 9. Phillips K, Clauw D. Central pain mechanisms in chronic pain states—maybe it is all in their head. *Best Pract Res Clin Rheumatol*. 2011;25(2):141–54.
 10. Manfredini D, Favero L, Cocilovo F, Monici M, Guarda-Nardini L. A comparison trial between three treatment modalities for the management of myofascial pain of jaw muscles: A preliminary study. *Cranio®*. Taylor & Francis; 2017;9634(July):1–5.
 11. Greene CS. Managing the Care of Patients With Temporomandibular Disorders: A New Guideline for Care Charles S. Greene. *JADA*. 2010;141:1086–8.
 12. List T, Axelsson S. Management of TMD: evidence from systematic reviews and meta-analyses. *J Oral Rehabil*. 2010 May;37(6):430–51.
 13. Cairns B, List T, Michelotti A, Ohrbach R, Svensson P. JOR-CORE recommendations on rehabilitation of temporomandibular disorders. *J Oral Rehabil*. 2010 May;37(6):481–9.
 14. Cairns BE. Pathophysiology of TMD pain--basic mechanisms and their implications for pharmacotherapy. *J Oral Rehabil*. 2010 May;37(6):391–410.
- (Processo nº 1041/2019-FO/CAR).

Araraquara, 17 de dezembro de 2019.

Fernando Moreira da Silva
Diretor Técnico de Divisão Subst°